



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**DISCURSOS PROFERIDOS PELO DEPUTADO
SARAIVA FELIPE DURANTE SEU MANDATO COMO
PRESIDENTE DA COMISSÃO (2015/2016)**



*Deputado Saraiva Felipe
Presidente*

Brasília, abril de 2016.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	3
PARLAMENTARES DA COMISSÃO	5
EQUIPE TÉCNICA DA COMISSÃO	8
PALESTRAS	9
1. UNESCO	9
2. MEC: um ano do PNE	10
3. 17º Fórum Nacional: Ensino Superior Particular Brasileiro – eixo central: Economia da Educação: geração de valor para a sociedade	13
4. Seminário sobre a “Reforma do Ensino Médio”	15
5. 8º FinancIES – Fórum dos Executivos Financeiros para as Instituições de Ensino Privadas do Brasil.....	17
6. Seminário sobre Escolas Conectadas	20
7. Seminário Internacional Recursos Educacionais Abertos – REA.....	23
8. Cerimônia de entrega do Prêmio Darcy Ribeiro	25
9. Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento Socioemocional e a Educação	27
10. Seminário Internacional em parceria com a Fundação Global da Paz.....	28
11. Base Nacional Comum Curricular - BNCC.....	30
12. Seminário na Faculdade de Saúde da UnB (2016)	32
13. Conselho Nacional de Educação-CNE (2016)	48
GLOSSÁRIO EDUCAÇÃO	58

INTRODUÇÃO

Disponibilizo, com muita honra, os discursos proferidos durante meu mandato como Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Como conquista inequívoca das sociedades modernas, compete ao Parlamento, e notadamente à Câmara dos Deputados, uma missão da mais significativa importância: ser o *locus* de diálogo com a sociedade, o palco por excelência onde se debate a agenda nacional. Ainda que o ato de legislar denomine o Poder exercido pelo Congresso Nacional, a grandeza do Parlamento se notabiliza pela conversação, pela troca de ideias, pelo embate democrático.

O ato de discursar é em absoluto característica inerente à grandiosa função que nos foi conferida como representantes do Povo. Como poderão notar nesta compilação, discursos possuem uma grandeza histórica louvável, pois narram e celebram o nosso tempo, ao passo que não nos dissociam do nosso ideal, da nossa completude. Nas palavras proferidas a seguir não há somente o Deputado Saraiva Felipe, há também o homem e o resultado da complexidade do ambiente que nos rodeia. Palavras têm o condão de motivar ou de destruir. Tanto melhor que sejam para agregar e construir. Eis porque discursos são tão importantes.

Nesta coleção, ressalto que, como Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, esforcei-me ao máximo para não relegar a emblemática troca de ideias do Parlamento às suas paredes. Fomos além. Estivemos em diversos Estados da Federação e instituições para propagar nossa mensagem em prol de uma bandeira que nos é bastante cara: a educação.

Destaco o excelente trabalho realizado pelos Deputados e Deputadas membros da Comissão de Educação durante esse período, o que certamente contribuiu para fortalecer a nossa Comissão como instância relevante de debates e de proposição da agenda educacional brasileira, tanto no âmbito da Câmara dos Deputados quanto nos diversos seminários, audiências e debates realizados em todo o território nacional. Aos Deputados e Deputadas que me

confiaram a nobre missão de presidir o Colegiado e que tanto contribuíram para a Nação, o meu sincero agradecimento.

Orgulha-me o fato de que a qualidade dos textos aqui descritos servirão como elemento de estudo e de registro histórico para uma compreensão ampla dos diversos aspectos abordados, que vão desde o monitoramento do Plano Nacional de Educação à geração de valor da educação para a sociedade.

Não poderia, finalmente, oferecer-lhes esta publicação sem agradecer à competentíssima equipe de servidores da Câmara dos Deputados. Como visto no Relatório de Atividades de 2015 da Comissão de Educação, disponibilizado no nosso site, tivemos 76 reuniões – deliberativas e de audiência pública – e 65 proposições deliberadas que contaram com a indispensável dedicação dos servidores da Comissão de Educação, da Consultoria de Orçamento, da Consultoria Legislativa e de todos os demais servidores da Casa, os quais, imbuídos da nobreza de servir à Nação, não mediram esforços para atender às nossas demandas.

Apresento-lhes, portanto, um grandioso trabalho de construção coletiva!
Ótima leitura!



Deputado SARAIVA FELIPE (PMDB/MG)

PARLAMENTARES DA COMISSÃO

Saraiva Felipe
Presidente



Lelo Coimbra
1º Vice-Presidente



Alice Portugal
2ª Vice-Presidente



Prof. Dorinha
3ª Vice-Presidente

TITULARES

Alice Portugal (PCdoB-BA)
Aliel Machado (REDE-PR)
Angelim (PT-AC)
Ana Perugini (PT-SP)
Arnon Bezerra (PTB-CE)
Brunny (PR-MG)
Caio Narcio (PSDB-MG)
Celso Jacob (PMDB-RJ)
Damião Feliciano (PDT-PB)
Domingos Neto (PSD-CE)
Giuseppe Vecci (PSDB-GO)
Givaldo Carimbão (PHS-AL)
Givaldo Vieira (PT-ES)
Glauber Braga (PSOL-RJ)
Izalci (PSDB-DF)
Josi Nunes (PMDB-TO)
Lelo Coimbra (PMDB-ES)
Leônidas Cristino (PDT-CE)
Lobbe Neto (PSDB-SP)
Mariana Carvalho (PSDB-RO)
Max Filho (PSDB-ES)
Moses Rodrigues (PMDB-CE)
Nilson Pinto (PSDB-PA)
Orlando Silva (PCdoB-SP)

SUPLENTES

Alessandro Molon (REDE-RJ)
Alexandre Serfiotis (PMDB-RJ)
Ariosto Holanda (PDT-CE)
Átila Lira (PSB-PI)
Bacelar (PTN-BA)
Baleia Rossi (PMDB-SP)
Betinho Gomes (PSDB-PE)
Beto Rosado (PP-RN)
Bonifácio de Andrada (PSDB-MG)
César Halum (PRB-TO)
Danrlei de Deus (PSD-RS)
Diego Garcia (PHS-PR)
Dr. Jorge Silva (PHS-ES)
Elcione Barbalho (PMDB-PA)
Evandro Gussi (PV-SP)
Ezequiel Fonseca (PP-MT)
Fabio Garcia (PSB-MT)
Geraldo Resende (PSDB-MS)
Helder Salomão (PT-ES)
Jorginho Mello (PR-SC)
Kaio Maniçoba (PMDB-PE)
Keiko Ota (PSB-SP)
Leandre (PV-PR)
Leo de Brito (PT-AC)

TITULARES

Pedro Fernandes (PTB-MA)
Pedro Uczai (PT-SC)
Prof^o Victório Galli (PSC-MT)
Prof^a Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO)
Prof^a Marcivânia (PCdoB-AP)
Raquel Muniz (PSD-MG)
Reginaldo Lopes (PT-MG)
Rogério Marinho (PSDB-RN)
Ságuas Moraes (PT-MT)
Saraiva Felipe (PMDB-MG)
Sergio Vidigal (PDT-ES)
Victor Mendes (PSD-MA)
Wadson Ribeiro (PCdoB-MG)
Waldenor Pereira (PT-BA)
Zeca Dirceu (PT-PR)

SUPLENTES

Luiz Carlos Ramos (PTN-RJ)
Margarida Salomão (PT-MG)
Maria do Rosário (PT-RS)
Odorico Monteiro (PROS-CE)
Osmar Serraglio (PMDB-PR)
Paes Landim (PTB-PI)
Pedro Cunha Lima (PSDB-PB)
Pompeo de Mattos (PDT-RS)
Rafael Motta PSB-RN
Shéridan (PSDB-RR)
Toninho Pinheiro (PP-MG)
Valtenir Pereira (PMDB-MT)
Weverton Rocha (PDT-MA)
Wilson Filho (PTB-PB)
Zenaide Maia (PR-RN)

EQUIPE TÉCNICA DA COMISSÃO

Secretária-Executiva

Eugênia Kimie Suda Camacho Pestana

Equipe Técnica

Carla Danice de Melo Santos

Nelma Maria Ferreira de Souza

Elizabeth Gomes de Lima Santos

Leila Camila Pugliesi Pinheiro

Luciana Rezende da Rocha Andrade

Margareti Gonçalves Lima de Amorim

Marianna Amaral da Cunha

Sandra Matias de Paula

Uly Reis Penatti

Consultores Legislativos

Carolina César Ribeiro Galvão Diniz (Coordenadora)

Alisson Minduri Capuzzo

Ana Valeska Amaral Gomes

Cláudia Neves Coelho de Souza Nardon

Gabriel Gervasio Neto

Jefferson Ricardo Ferreira Chaves

Kátia dos Santos Pereira

Manoel Moraes de Oliveira Neto Alexandre

Maria Aparecida Andrés Ribeiro

Paulo de Sena Martins

Renato de Sousa Porto Gilioli

Ricardo Chaves de Rezende Martins

Consultores de Orçamento

Cláudio Riyudi Tanno

Marcos Rogério Rocha Mendlovitz

PALESTRAS

1. UNESCO

Todo plano bem-sucedido envolve, no mínimo, três etapas: primeiro, saber onde estamos; segundo, saber aonde queremos chegar; e, por último, desenvolvermos um plano, uma estratégia, para chegarmos lá. Este décimo segundo Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos, que hoje a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a UNESCO, apresenta ao mundo civilizado, a partir de Paris, de Nova Deli, de Nova Iorque e dessa Representação em Brasília, significa tanto uma radiografia da educação mundial, no contexto dos objetivos globais de educação assumidos no ano 2000, durante a Cúpula Mundial de Educação, realizada em Dacar, como também aponta caminhos para a construção de uma nova agenda global pós-2015.

A faísca inicial foi deflagrada em Jomtien, Tailândia, em 1990, quando da aprovação da Declaração Mundial sobre Educação para Todos – satisfação das necessidades básicas de aprendizagem – e de seu Plano de Ação para a década seguinte, até 2001. Essa declaração de 1990 foi aprovada durante a Conferência Mundial de Educação para Todos organizada pela UNESCO, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, e pelo Banco Mundial.

Em 1993, o Ministério da Educação e a UNESCO formalizaram o primeiro plano de trabalho visando à elaboração de um Plano Decenal de Educação para Todos. O plano decenal brasileiro foi aprovado em novembro de 1993, em Nova Deli, na Índia, durante a realização de uma nova conferência de cúpula de Educação para Todos.

O parlamento brasileiro contemplou esse plano decenal ao aprovar, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e, em 2001, o nosso primeiro Plano Nacional de Educação, dando condições a uma reforma sistemática da educação brasileira.

Nessa esteira de ações, na linha do que se chamou de “efeito Dacar”, em 2007 o Ministério da Educação cria o chamado Plano de Desenvolvimento da Educação, que institui o Plano de Metas Todos pela Educação, com suas 28

diretrizes para a educação básica no Brasil, e, ao mesmo tempo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o IDEB, que proporciona uma avaliação abrangente do desempenho dos alunos da educação básica, se constituindo num forte parâmetro para as políticas educacionais.

No mesmo sentido, e mais uma vez reafirmando o seu compromisso histórico com a educação, o parlamento brasileiro aprovou, no ano passado, o novo Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024, que se constitui numa política verdadeiramente de Estado, acima de eventuais vicissitudes políticas de qualquer governo.

Vencidos os fantasmas que impedem a universalização, é preciso cuidar da qualidade, da permanência e da inclusão, justamente temas que serão debatidos nas mesas durante o dia de hoje.

Desde o primeiro Relatório de Monitoramento, em 2002, tivemos duas edições cujos temas foram perguntas: naquele primeiro ano nos perguntamos “o mundo está no rumo certo?”. E, em 2008, indagamos “alcançaremos a meta?”. Passados todos esses anos, ainda temos muitas perguntas não respondidas e diversas respostas cujas perguntas não conseguimos formular.

Estamos cômnicos de que os desafios são imensos, mormente num país como o Brasil que por muito tempo teve uma educação dualista. Mas não podemos fugir do que precisa ser enfrentado, pois enquanto o pessimista insiste em se queixar do vento e o otimista permanece esperando que ele mude, o realista ajusta as velas. Que possamos de forma realista ajustar nossas velas, lembrando a máxima de Sêneca, filósofo romano do primeiro século, para quem nenhum vento é favorável para um barco que não tem um destino. Estamos completamente imbuídos do nosso destino, que é educação de qualidade para todas e todos. Pois qualidade apenas para um grupo não é qualidade, é privilégio. Muito obrigado.

2. MEC: um ano do PNE

Sras e Srs.

No momento em que o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024 completa seu primeiro ano, cumpre avaliar como podemos

contribuir para que a trajetória de sua execução dê-se da melhor maneira possível.

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados é uma das cinco instâncias responsáveis pelo monitoramento contínuo e avaliações periódicas da execução do PNE e do cumprimento de suas metas, nos termos da Lei nº 13.005 de 2014, a Lei do PNE.

Como primeira contribuição, ainda na legislatura passada, procedeu-se a estudo do órgão técnico da Casa - a consultoria legislativa - acerca dos prazos intermediários contidos no Plano, estudo este que, além de constar na página eletrônica da Comissão de Educação, foi incluído em importantes portais que se prestam ao acompanhamento do plano, como o *site* “De olho nos Planos” e o portal “Observatório do PNE” e consta como *link*, também da página da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação.

Ao assumir a Comissão de Educação, procurei integrá-la no esforço de múltiplos atores do cenário educacional que acompanham o PNE.

Colocamos a Comissão de Educação ao lado da Frente Parlamentar da Educação, presidida pelo nobre Deputado Alex Canziani, assim como da Frente Parlamentar em Defesa da Implantação do Plano Nacional de Educação, conduzida pelo nobre Deputado Pedro Uczai, e que realizou, no dia 25 de junho, como atividade da pauta da Comissão de Educação, o seminário "O PNE e o Futuro da Educação Brasileira".

Constituímos, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, a Subcomissão Permanente destinada a Acompanhar, Monitorar e Avaliar o processo de implementação das estratégias e do cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação – PNE.

Esta Subcomissão, presidida pelo nobre Deputado Léo de Brito, auxiliado pelos nobres deputados Bacelar e Moses Rodrigues, tem se movimentado no sentido de estabelecer contatos com as demais instâncias de monitoramento do PNE e acompanhamento das metas.

Citei estes vários nomes de colegas parlamentares para, como Vossas Senhorias provavelmente observaram - mas nunca é demais destacar - tornar evidente que há um esforço coletivo, suprapartidário, por parte dos integrantes da Comissão de Educação da Câmara, para a execução do PNE e o alcance de suas metas.

Comemoramos nesse evento, um ano de PNE – com algumas metas em processo de execução e outras já alcançadas. O importante é que o PNE está em movimento.

As instâncias responsáveis e a sociedade civil estão empenhadas na sua implementação e, certamente, o Ministério Público, como fiscal da lei, há de promover ajustes de conduta, com cronogramas para o cumprimento da obrigação.

No último dia 09 de junho, o Conselho Nacional de Educação deu um importante passo para o cumprimento da Meta 15 do PNE: a aprovação do Parecer Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno nº 2/2015, referente às diretrizes nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica – trabalho que teve como relator o conselheiro Luiz Dourado, professor da Universidade Federal de Goiás.

Igualmente importante, as portarias já assinadas que criam o fórum de acompanhamento do piso salarial dos professores e a que institui comissão, com representantes de estados, municípios e da União, para tratar das metas do plano, dá concretude à Estratégia 17. 1 do PNE e ao que dispõem os §§ 5º e 6º do art. 7º da Lei 13.005 de 2014, referente à criação de instância permanente de negociação e cooperação federativa.

Por fim, a edição da Portaria nº 459, de 12 de maio de 2015, que constituiu grupo de Trabalho para elaborar estudos sobre a implementação do Custo Aluno-Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação básica, é mais um passo importante para a garantia da qualidade e da sustentabilidade financeira do PNE.

Ressalto, ainda, que a discussão do PPA 2016-2019 será um momento emblemático para que continuemos a sinalizar, como fazemos hoje, o compromisso com a educação. A Comissão de Educação estará atenta a este processo.

O PNE está em movimento. O Parlamento, o governo e a sociedade estão em movimento para que, apesar das dificuldades, a trajetória do PNE se dê de tal forma que traga significativos avanços para a educação brasileira. E a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados não está fugindo ao seu relevante papel.

Obrigado.

3. 17º Fórum Nacional: Ensino Superior Particular Brasileiro – eixo central: Economia da Educação: geração de valor para a sociedade

Ao agradecer o Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior-SEMESP, pelo honroso convite, quero parabenizar o Fórum Nacional do Ensino Superior Brasileiro pela realização de sua 17ª edição.

Excelentíssimos participantes deste importante Fórum, cujo eixo será a Economia da educação: geração de valor para a sociedade;

Sras e Srs.

Inicialmente, trago a saudação de vários colegas parlamentares que gostariam de ter comparecido a este evento, mas estão envolvidos com a intensa agenda da Câmara dos Deputados, como os Srs. sabem.

Eu mesmo hesitei um pouco, mas me propus a fazer algum malabarismo para estar aqui presente e vou dizer por quê.

Não poderia faltar.

Como Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados tenho participado de vários debates.

Temos dado, neste ano, especial atenção ao Plano Nacional de Educação, cuja execução se inicia em momento em que o cenário econômico traz algumas preocupações, como já vimos na abertura, acerca do panorama da economia e os impactos no setor educacional.

Tenho ouvido opiniões interessantes sobre a relação entre Educação e Economia, mas que têm se concentrado nos desafios da Educação como um sintoma da crise.

Ora são apontadas as dificuldades por que passam as universidades federais, ora o tema que surge é a questão do FIES ou a demanda reprimida de instituições de educação infantil.

Todos estes são temas da maior relevância – mas que nos levam a este terreno – da Educação como sintoma da crise.

O que me motivou a estar aqui hoje é a mudança de abordagem proposta por este Fórum.

Vamos discutir a Educação como possível solução para a crise, como elemento fundamental para combatê-la, como vetor do crescimento econômico do País.

Recuperar a visão de que é preciso maximizar o valor da Educação para a sociedade, reconhecer o efeito multiplicador da formação das pessoas, garantir a inclusão - são pautas que dialogam com o momento atual.

Momento em que é necessário consolidar avanços da democracia brasileira nos campos da moral, da política, das políticas públicas e da economia.

Que outro instrumento, senão a Educação, poderia ser inspirador neste contexto?

Como professor universitário, mas também ligado à área de Saúde, gosto de pensar na Educação não como sintoma da crise, mas como vacina e remédio para vencer os desafios que esta apresenta.

Em relação à educação superior, a graduação é um dos relevantes elementos de mobilidade social e de aumento da renda. Um brasileiro com nível superior aufer 2,9 vezes mais que outro sem escolaridade e 1,6 vezes mais do que um detentor apenas de ensino fundamental.

Mesmo considerando a importância dos cursos superiores e a despeito do Plano Nacional de Educação prever a ampliação das matrículas líquidas e brutas até o fim de sua vigência, a necessidade de aceleração da taxa de crescimento das matrículas é essencial. Sem isso, o Plano não será cumprido.

Por essa razão, a educação superior precisa ter algumas perspectivas bem delineadas. Deve fortalecer laços com o ensino médio. Deve participar ativamente na promoção da Educação a Distância, com qualidade, para cumprir as metas do PNE. Deve buscar a ampliação das matrículas nos cursos superiores públicos e cada vez mais estruturar bem e de modo sustentável mecanismos de financiamento estudantil como o FIES. Deve, também, contribuir para o fortalecimento da educação profissional em todos os níveis. Sob todos os pontos de vista, a complementaridade entre setores público e privado é fundamental para o desenvolvimento da educação superior brasileira.

Segundo o censo da educação superior, de 2013, as IES privadas têm uma participação de 74,% no total de matrículas de graduação.

No caso da educação a distância-EAD, este percentual sobe para 86,6%.

Dos cerca de 31 mil cursos presenciais, mais de 20 mil eram oferecidos pela rede privada em 2013.

No caso da EAD, dos pouco mais de mil e duzentos cursos, 755 eram da rede privada.

Assim, vejo que o setor privado é fundamental cumprir o PNE.

Não vejo como poderia ser diferente para atingir a Meta 12 que visa a elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Ao elaborar o Mapa do ensino superior – trabalho que desenvolve desde 2011- esta entidade dá uma importante contribuição para que, a partir do diagnóstico preciso, sejam feitas as intervenções para a melhoria da educação superior e o cumprimento das metas do PNE.

Bom Fórum a todos e todas!

4. Seminário sobre a “Reforma do Ensino Médio”

É com satisfação que presido a mesa de abertura deste seminário sobre a “Reforma do Ensino Médio”. Esse tema há tempos tem mobilizado a comunidade educacional brasileira, refletindo a necessidade de aproximar essa etapa de ensino das demandas e aspirações dos jovens e o imperativo de aumentar seu grau de eficiência e a qualidade da educação oferecida.

O Poder Legislativo, em especial a Câmara dos Deputados, tem assumido papel relevante nessa discussão. De fato, a criação de comissão especial, em 2013, para estudar a questão, constituiu iniciativa relevante e inovadora no âmbito desta Casa. Instalou-se um espaço parlamentar de debate sobre uma matéria para a qual ainda inexistia proposição em tramitação.

Esse é um papel fundamental do Poder Legislativo. Constituir-se como fórum de discussão plural, no qual todas as correntes de opinião formadas na

sociedade têm oportunidade de se manifestar, estabelecendo os balizamentos de informação relevante e os contornos políticos que podem levar a consensos em torno de temas tão significativos para a cidadania e para o desenvolvimento, como é o da educação.

Essa comissão cumpriu esse importante papel, oferecendo à Casa um projeto de lei, com uma proposta de reorganização do ensino médio no País. Novamente a Câmara dos Deputados criou espaço específico para análise do assunto, agora objeto de uma proposição, em outra comissão especial. Ouviram-se a sociedade organizada, as distintas vertentes do mundo educacional, os profissionais e os estudantes. Ao final, como resultado desse dedicado trabalho, aprovou-se um texto que se encontra pronto para apreciação pelo Plenário da Casa.

Mas a matéria mantém relação com diversas outras iniciativas em andamento, em especial após a aprovação do Plano Nacional de Educação. É o caso da definição da base nacional curricular, da reorganização dos programas de formação de professores, dos processos de avaliação e da articulação com o mundo do trabalho.

Não por acaso esses são os temas das mesas que compõem esse seminário. Certamente as contribuições advindas dessas discussões serão fundamentais para orientar o debate que, nesta Casa, resultará na aprovação de um conjunto normativo para um ensino médio moderno e capaz de atender aos anseios dos jovens e da sociedade.

Quero na oportunidade cumprimentar em especial a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, autora do requerimento que deu origem a este seminário e participante ativa das comissões que têm estudado o ensino médio; o Deputado Reginaldo Lopes, que presidiu as duas comissões especiais; o Deputado Wilson Filho, relator da matéria também nessas comissões; e todos os parlamentares que têm se dedicado ao assunto.

Estou certo de que o Parlamento cumpre o seu papel ao tornar-se ator efetivo no debate das políticas públicas educacionais, ao tempo mesmo em que elas estão sendo discutidas na sociedade e nos demais Poderes da República.

Desejo pleno êxito aos trabalhos que ora se iniciam.

Muito obrigado.

5. 8º FinancIES – Fórum dos Executivos Financeiros para as Instituições de Ensino Privadas do Brasil

Senhoras e Senhores, é uma satisfação representar a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados neste 8º FinancIES – Fórum dos Executivos Financeiros para as Instituições de Ensino Privadas do Brasil.

Entendo que, no momento de crise em que vivemos, é imprescindível tratarmos da temática do Fundo de Financiamento Estudantil, o FIES.

O FIES é, na atualidade, um dos mais importantes programas de democratização da educação superior no Brasil. É um mecanismo que permite a muitos jovens pobres e egressos do ensino médio público o acesso à educação superior, nível que, até há pouco tempo, não era nem sequer sonhado por muitos deles nesse País.

É indiscutível o papel decisivo do FIES para as políticas públicas de educação no Brasil. No entanto, nesse momento precisamos de uma visão prospectiva do FIES. É certo que muitos avanços já foram realizados, mas, como todo programa de governo, o futuro do financiamento estudantil é um dos mais importantes objetos de discussão no presente.

Os beneficiários do FIES registraram grande expansão quantitativa nos últimos anos, especialmente desde 2013. Os novos contratos aproximadamente dobraram a cada ano no período 2010-2013 e cresceram mais impressionantes 30% em 2014, o que é muito se considerarmos o alto ritmo de crescimento.

Mesmo com a crise do País e com as dificuldades do FIES este ano, foram firmados pouco menos de 250 mil novos contratos em 2015.

Em números totais, saltamos de um total de 230 mil beneficiários em 2011, para mais de 600 mil em 2012, mais de 1,15 milhão em 2013, 1,9 milhão em 2014 até chegar em quase 2,15 milhões em julho de 2015. Ou seja, JÁ houve um enorme crescimento do FIES nos últimos anos.

Parte dos desafios enfrentados em 2015 pelo FIES decorreram dessa impressionante ampliação. O sistema eletrônico não suportou o grande fluxo de acessos. Os prazos para renovar os contratos foram estendidos várias vezes, inclusive com judicialização da questão. Houve atrasos aos repasses às

instituições de ensino superior e o cronograma de repasses para os grandes grupos educacionais foi reduzido de 12 para 8 parcelas em 2015.

Como se vê, houve grande insegurança para o setor e instabilidades na gestão do programa. Ressalto que isso se deu, em parte, pela grande ampliação do FIES nos últimos anos. Por isso, o crescimento do FIES daqui para frente precisa ser cada vez mais racionalizado e equilibrado, para que não ocorram situações tais como essas de 2015.

Nesse sentido, temos que lembrar que, apesar da crise generalizada que vivemos, temos também um novo Plano Plurianual que entrará em vigência no ano que vem e que se estende até 2019. Em paralelo, temos as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE), guia fundamental para o desenvolvimento da educação no País.

Ou seja, não podemos ter em vista apenas o momento mais imediato de crise, mesmo que ele dure mais um ou dois anos. Temos que pensar no pós-crise. Sem essa visão prospectiva, nunca teremos um verdadeiro projeto de País.

De acordo com a meta 12 do PNE, temos como horizonte, para 2024, uma elevação da taxa de matrícula líquida na educação superior para 33%, o que é um grande desafio para esse curto período.

Ainda no PNE, temos as estratégias 12.5, 12.6 e 12.20, que fazem menção ao FIES. A 12.5 contempla a dimensão democratizante do FIES. A 12.6 menciona a instituição de fundo garantidor – que já existe – para dispensar fiador para os candidatos ao financiamento. Daqui a pouco falarei da estratégia 12.20.

Antes disso, lembro que a meta 12, além de prever a grande expansão das matrículas da educação superior em curto período, também determina que pelo menos 40% das novas matrículas sejam no segmento público.

Isso significa que vivemos um aparente dilema: aumentar as matrículas em geral em ritmo muito rápido e ampliar significativamente o crescimento das matrículas nas instituições públicas.

Em um cenário de crise generalizada e de orçamentos públicos limitados, a sensação que se tem é a de que temos difícil opção para as políticas públicas educacionais: investir predominantemente na educação superior pública ou ampliar ainda mais os recursos para o FIES?

Lembro que, mesmo com a contenção de despesas para o Ministério da Educação para esse ano, o FIES foi um dos poucos programas que recebeu créditos extraordinários. Portanto, mesmo com a queda do número de contratos novos e apesar da crise, o FIES não foi abandonado.

É aí que vale lembrarmos da estratégia 12.20 do PNE, que prevê ampliar a concessão do FIES para cursos superiores bem avaliados. A estratégica 12.20 faz referência à necessidade de qualidade dos cursos. Essa me parece ser a solução: fazer o melhor com os recursos disponíveis.

Independentemente do que poderá vir a ocorrer em termos orçamentários e financeiros, se formos nos preocupar apenas com números de matrículas nos próximos dois ou três anos, perderemos uma oportunidade histórica de qualificar nossa educação superior.

Instituições privadas precisarão se qualificar cada vez mais para oferecer bons cursos aos estudantes, bem como as instituições públicas também terão que fazê-lo. Não devemos hierarquizar instituições públicas e privadas, mas não podemos abandonar essa ideia-chave.

Com isso, quero ressaltar o seguinte: diante da escassez, a melhor opção é pela qualidade, seja no setor público ou no setor privado.

Se mudarmos o paradigma para a qualidade, teremos oportunidade de, passada a crise, voltarmos a focar a quantidade e acelerar o processo de democratização da educação superior, como todos desejamos.

No entanto, o momento, diante do cenário de crise, é o de primar pela qualidade. Acrescento que essa não deve ser uma iniciativa unicamente do governo, mas das próprias instituições de ensino superior.

Nesse sentido, creio que este Seminário deve ter como foco não apenas as justas reivindicações do setor da educação superior privada, mas também contribuir para criar reflexões sobre formas de sustentabilidade e, devo salientar, de estabilidade e segurança para as instituições, para o governo e, sobretudo, para os estudantes que são beneficiários do FIES.

Senhoras e Senhores, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados tem o dever de ser um fórum de debates e de acolhimento dos meios de construção de uma sociedade mais justa e democrática. Do mesmo modo, a Comissão de Educação sabe da importância de dialogar com a sociedade civil sobre temas de tanto destaque quanto o FIES. É nesse sentido

que estaremos atentos às discussões aqui realizadas para que possamos aprimorar cada vez mais as políticas públicas deste País.

Muito obrigado e minhas saudações a todos os presentes! Bom Seminário!

6. Seminário sobre Escolas Conectadas

O mundo contemporâneo não pode mais ser qualificado adequadamente como em constante mutação, pois é a própria velocidade da mudança que cresce exponencialmente. Podemos olhar para trás e lembrarmos-nos da época em que os filhos estudavam nos livros dos pais que, muito provavelmente, estudaram nos livros dos avós. Mas na sociedade de hoje, que Henry Jenkins, professor estadunidense do MIT, denominou de cultura da convergência, na qual os aprendizes não são passivos usuários do conhecimento, mas ativos produtores de informação, um livro pode se tornar desatualizado antes mesmo que as prensas concluam o seu acabamento físico.

O desafio dos educadores de hoje é ensinar os alunos a aprender, a gerir a gama de conhecimentos que é produzida contínua e diariamente, e serem eficientes num contexto em que o aprendizado acontece por meio de ações continuadas, que não se limitam mais às oportunidades compartilhadas pelo professor dentro da sala de aula tradicional.

Estima-se que hoje uma criança que chega à primeira série do ensino fundamental já tenha assistido a 5 mil horas de televisão, nas quais foi exposta a todo tipo de conteúdo e estímulo, com efeitos e trilhas sonoras constantemente cativando sua atenção. Dificilmente essa criança se sentirá atraída por um professor que em tom monocórdio inicia a lição de costas para a turma escrevendo com um pedaço de giz branco numa lousa negra.

Diante do fato inafastável de que nossos alunos não são mais os mesmos, não podemos continuar dando aulas da maneira como fazíamos no século passado, pois é notório que não está dando certo. Corremos o risco de sermos como a mosca que insiste em negar a existência da vidraça à sua

frente. Será que teremos a humildade de reconhecer que ao invés de vinte anos de aula estamos dando a mesma aula por vinte anos?

A Dra. Luciana Maria Allan, especialista da USP em tecnologias aplicadas à educação, nos alerta que “preparar os estudantes desta nova geração para o mercado de trabalho irá exigir – e já está exigindo – uma nova postura dos educadores orientada para a Sociedade do Conhecimento, que, entre outros princípios: busca desenvolver alunos engajados, motivados e prontos para enfrentar os desafios de hoje e do futuro; enxerga o aprendizado como uma ação continuada, que não se restringe às oportunidades apresentadas pelo professor; acredita que o aprendizado é para todos e ninguém deve ser excluído; reconhece que as pessoas aprendem de forma diferente; e provê uma infraestrutura necessária para o aprendizado, que ainda é físico, mas cada vez mais virtual”.

O embrião da Internet foi a ARPANET, na década de 1960. A primeira conexão foi estabelecida entre a Universidade da Califórnia, em Los Angeles, e o Instituto de Pesquisa de Stanford, às 22h30 do dia 29 de outubro de 1969. Naquela época, mesmo os mais visionários achariam impossível que tivéssemos um computador potente dentro do bolso do paletó. As possibilidades hoje são incalculáveis. Evoluímos tanto, mas quanto desse progresso trouxemos para a sala de aula? Peter Drucker denunciava que “o primeiro professor da história se sentiria perfeitamente em casa na maioria das salas de aula do mundo de hoje. Além do quadro-negro e do livro impresso houve pouca mudança nos meios de ensino e nenhuma nos métodos. A única tecnologia introduzida nestes oito mil anos foi o livro impresso, que poucos professores sabem usar – se o soubessem, não continuariam expondo o que já está nos livros”. A crítica de Drucker continua válida, com a ressalva de que algumas salas de aula introduziram computadores, que ainda permanecem com a tomada desligada durante as aulas.

Marc Prensky, da Harvard, denominou os indivíduos nascidos após o ano de 1983 de nativos digitais. Aqueles que, como eu, nasceram antes de 1983 são os chamados “emigrantes digitais”. Somos, com muita honra, a Geração X, que aprende preferencialmente com texto e secundariamente com som e imagem. Isso se inverte para as gerações Y e Z, cuja comunicação primária se dá por som e imagem e, por último, o texto. Esse ruído na

comunicação entre essas gerações dentro de uma sala de aula pode ser fonte de muita ansiedade, desentendimento, e, muitas vezes, até agressão física, de ambos os lados.

É claro que muitos integrantes da geração X migraram para a era digital. Todavia, muitas instituições de ensino, talvez a maioria, continuam unicamente com processos analógicos dentro dos ambientes de ensino e aprendizagem, embora muitas vezes disponham no prédio escolar da presença de computadores e de acesso à rede.

É agudo, mas necessário, o alerta de Maquiavel para quem não há nada mais difícil de se empreender, mais perigoso de se conduzir, do que assumir a liderança na introdução de uma nova ordem de coisas, porque a inovação terá como inimigos todos aqueles que têm se dado bem sob as antigas condições, e defensores indiferentes naqueles que podem se sair bem sob as novas. Parece até que Maquiavel estava falando do atual estágio de transição pelo qual estamos passando. Ainda há muito espaço para avançarmos. Do que adianta uma escola ter uma rede “Wi-fi” de banda larga se proíbe ao aluno ingressar na sala de aula com um Tablet?

Também não podemos cair no raciocínio simplista de achar que a simples introdução de computadores e banda larga nas escolas irá elevar a qualidade da educação. É preciso um projeto pedagógico em consonância com as tecnologias digitais, é preciso professores abertos e capacitados para usarem os recursos disponíveis, é preciso, enfim, o engajamento de toda a comunidade educativa.

Ainda estamos no jardim da infância na implantação de plataformas adaptativas, que manuseiam dados do usuário – como acertos e erros, tempo em que permanece em cada tipo de mídia (texto, vídeos, áudio, games etc), efetividade da aprendizagem em assuntos diferentes – o próprio conteúdo vai se moldando ao que o aluno necessita aprender, além de detectar deficiências e lacunas na sua formação e possíveis trajetórias para a sua resolução.

Que nos debates de hoje possamos amadurecer as propostas para que as escolas sejam mesmo conectadas, não somente com a internet, mas com as suas vocações de viabilizarem a cada pessoa expressar o seu potencial na sociedade.

A Comissão de Educação está e estará sempre disponível para acolher sugestões que possam ser melhoradas na legislação, a viabilizar os debates, como o faz agora, em parceria com a Fundação *Lemman*, com o Instituto *Inspirare* e com o Instituto Península, também históricos defensores e promotores de uma educação de qualidade para todos e todas. Ótimo Seminário! Muito obrigado.

7. Seminário Internacional Recursos Educacionais Abertos – REA

Exmos componentes desta Mesa de Abertura deste Seminário Internacional sobre Recursos Educacionais Abertos:

Quero saudá-los, e muito especialmente, aos Srs. expositores das Mesas deste Seminário, que se propõe a debater os Recursos Educacionais Abertos – entre os quais alguns especialistas de outros países, a quem damos nossas boas vindas;

Sra e Srs,

Com o desenvolvimento do conceito de Recursos Educacionais Abertos (REAs) – e porque não dizer, também, Ministro Juca Ferreira, Recursos Culturais Abertos - os materiais educativos e culturais passam a ser compreendidos como bens públicos e comuns que devem ser usufruídos por todos.

O conhecimento e as manifestações simbólicas são bens coletivos.

Disponibilizar e compartilhar conhecimentos são as palavras-chave - as ideias que movem os REAs.

Neste sentido, a primeira dimensão relevante dos chamados REAs é a da inclusão, o acesso a estes bens.

A DECLARAÇÃO DE PARIS sobre recursos educacionais abertos, aprovada em 2012, define os REAs como “materiais de ensino, aprendizagem e investigação em quaisquer suportes, digitais ou outros, que se situem no domínio público ou que tenham sido divulgados sob licença aberta que permite acesso, uso, adaptação e redistribuição gratuitos por terceiros, mediante nenhuma restrição ou poucas restrições”.

Segundo estudiosos, como Santos, a “possibilidade de cópia, distribuição e adaptação oferecida pelas licenças alternativas que, junto com o avanço das novas tecnologias digitais, oferece novas possibilidades de interação com os conteúdos”.

Destaco esta expressão – interação com os conteúdos.

É um instrumento do século XXI para cativar nossos educandos e tornar as aulas, pesquisas, investigações e vivências mais interessantes.

É o que se espera para tornar o aprendizado mais atrativo e efetivo.

Evidentemente, que permanece a mediação pelo professor, que terá em mãos mais um instrumento pedagógico para atingir seu objetivo de ensinar.

Meus colegas da área de Cultura certamente relacionarão os recursos abertos e as metas do Plano Nacional de Cultura - como fizeram os nobres autores do requerimento para a realização deste Seminário.

De minha parte, destaco – caro ministro Renato Janine, que o Plano Nacional de Educação- PNE, ao se referir, na estratégia 5.3, às tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, dispõe que devem ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

E, ao tratar, na estratégia 7.12, das tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, preconiza pela preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos.

Muito me alegra o fato de ver reunidos neste evento, ao lado dos expositores e da plateia, o ministro da Educação e o ministro da Cultura - evento promovido conjuntamente pelas Comissões de Educação e Cultura desta Casa.

Educação e Cultura, que devem caminhar ombro a ombro, e neste caminhar terão como poderoso instrumento, os recursos educacionais – e culturais – abertos.

Bom seminário a todos e todas.

8. Cerimônia de entrega do Prêmio Darcy Ribeiro

Senhoras e Senhores Deputados, o Prêmio Darcy Ribeiro constitui a mais importante homenagem outorgada pela Câmara dos Deputados no campo da educação.

Não poderia haver patrono melhor para essa premiação. Darcy Ribeiro tinha a alma e o coração voltados para o Brasil, marcou a educação brasileira, foi um titã semeando e pensando o Brasil como uma utopia possível.

Darcy Ribeiro marcou também a minha vida política. Há em mim uma emoção especial, uma honraria ainda maior em entregar esse prêmio aos nossos homenageados no dia de hoje.

Há uma frase famosa em que Darcy Ribeiro, sofrendo pela imposição da ditadura militar no País, afirma:

“Fracassei em tudo o que tentei fazer na vida. Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, mas não consegui. Tentei salvar os índios, não consegui. Tentei fazer uma universidade séria e fracassei. Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei. Mas os fracassos são minhas vitórias. Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.”

Essa frase foi apenas um momento sombrio na vida de Darcy, que não era um pessimista, era um ‘homem de fazimentos’, como ele mesmo se definia.

E, tenho certeza, ele teria orgulho de estar aqui conosco, celebrando o trabalho e a trajetória dos três escolhidos pela Comissão de Educação para receberem o prêmio. Escolhemos dois educadores e uma instituição que plantam sementes, que acreditam em utopias possíveis. Pessoas de ‘fazimentos’, como Darcy o foi.

A Professora Débora Seabra, como Darcy Ribeiro, é uma desbravadora. Uma jovem natalense, que se formou primeira professora com síndrome de down no País. Débora vem se dedicando à defesa da inclusão na escola regular por meio de seu trabalho na educação infantil, no teatro e na literatura. A educadora lançou recentemente o livro “Débora conta Histórias”, um apanhado de fábulas infantis que contêm mensagem de apoio ao direito de ser diferente.

Daniel Tojeira Cara, como Darcy Ribeiro, é um idealista, acredita com convicção que a educação é um instrumento poderoso para combater as

imensas desigualdades brasileiras. Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara foi um dos grandes defensores pela definição de um patamar de 10% do PIB em investimentos educacionais.

Atuou como agente de mobilização pela aprovação do Plano Nacional de Educação e, incansável, levou o debate do PNE por todo o País.

Daniel Cara, na verdade, é um reincidente. Já esteve aqui conosco, em 2007, quando sua instituição, a Campanha Nacional, foi agraciada com o Prêmio Darcy Ribeiro pelo trabalho de mobilização “Fundeb pra valer!”, na fase de criação e regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Darcy Ribeiro era um sonhador, um realizador. Era, sobretudo, exigente consigo mesmo e com seu País. Acreditava nas instituições, não por acaso apostou na criação de universidades. Como Darcy, é a crença no fazer institucional que orienta o trabalho da nossa terceira agraciada, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

A Fundação, criada em 1965, desenvolve projetos sociais em municípios e regiões metropolitanas do Brasil e trabalha na geração e disseminação de conhecimentos para o desenvolvimento integral da criança.

Em 2014, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal se engajou fortemente para que o tema da primeira infância ganhasse mais espaço em todos os setores da sociedade. Nesta Câmara dos Deputados, a marca mais importante foi seu engajamento na discussão e elaboração do Marco Legal da Primeira Infância.

Enfim, essa merecida homenagem prestada pelo Parlamento à Débora Seabra, ao Daniel Cara e à Fundação Maria Cecília Souto Vidigal é, na verdade, uma homenagem à sociedade brasileira que eles aqui representam. É o conjunto da sociedade que se beneficia do trabalho valoroso e dedicado que nossos homenageados realizam e que hoje celebramos. Eles orgulham e honram a educação brasileira!

Desejo sucesso a todos! Muito obrigado!

9. Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento Socioemocional e a Educação

Excelentíssimos componentes da Mesa de Abertura deste Seminário Internacional sobre o desenvolvimento socioemocional e a educação:

Quero saudá-los, e também, muito especialmente, aos Srs. Expositores e Mediadores das Mesas deste Seminário, que se propõe a debater o desenvolvimento socioemocional e a educação – entre os quais alguns especialistas de outros países, a quem damos nossas calorosas boas vindas.

Calorosas - porque o povo brasileiro é sociável e emotivo. E discutir Educação em nosso país certamente suscitará sentimentos e emoções que contribuirão para nosso desenvolvimento socioemocional.

Caros representantes das organizações da sociedade civil,
Sra e Srs,

A Constituição Federal determina que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada visando ao pleno desenvolvimento da pessoa.

E o desenvolvimento do educando vai além da dimensão cognitiva.

Descobrir e desenvolver competências e habilidades como perseverança, amabilidade, autonomia, criatividade e curiosidade inserem-se nesse pleno desenvolvimento.

No contexto escolar, são trabalhadas atitudes e valores que podem ser caminhos para a aprendizagem e a escola pode desempenhar um importante papel em promover competências para o bem-estar das crianças.

Este é o foco e, até aqui, não creio que haja dissonâncias.

A mesma Constituição Federal que mencionei, prevê, sabiamente, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.

Ocasionalmente, haverá divergências na escolha de caminhos e instrumentos para atingir um objetivo comum.

Por exemplo, algumas abordagens verão na estratégia da utilização de testes em larga escala para avaliar competências socioemocionais - ou habilidades não-cognitivas, como queiram - , um método de aprimoramento da política pública.

Outros revelarão seu ceticismo acerca deste caminho e o receio de que valores afirmados por meio de avaliações contenham inevitavelmente algum grau de subjetividade ou de visão de mundo.

E é bom que assim seja, que as diferentes perspectivas apresentem seus melhores argumentos, suas mais profundas reflexões e ponderações.

Somente assim são construídas democraticamente as políticas públicas.

Encerro dizendo que, apesar das adversidades econômicas da atual conjuntura, que aumentam os desafios para que sejam implementadas as metas propostas no Plano Nacional de Educação - PNE, devemos cultivar o otimismo e a confiança – características socioemocionais que nos auxiliarão nesta caminhada.

Bom seminário a todos e todas.

10. Seminário Internacional em parceria com a Fundação Global da Paz

Cumprimento os membros da Mesa e saúdo a todos os presentes,

Não há dúvida da relevância do papel da Educação para que o Brasil rume à transformação nacional, em consonância com a proposta de *Desenvolvimento e integridade para uma liderança moral e inovadora* deste nosso Seminário. Tampouco se pode questionar a necessidade fundamental de se formar cidadãos qualificados para o futuro.

Importante prestarmos atenção em algumas palavras não por acaso aqui escolhidas. “*Desenvolvimento e integridade*”. “*Liderança moral e inovadora*”. “*Cidadãos qualificados*”. Elas nos evidenciam claramente que tipo de Educação tornará possível a transformação. E será aquela que concilie de forma amalgamada princípios éticos e cidadania com formação técnica e científica.

Não alcançaremos pleno desenvolvimento sem integridade; não seremos os portadores da inovação sem liderança também moral; não nos bastará qualificação profissional se esta não vier acompanhada de cidadania plena, sólida, humana.

O nosso PNE, o Plano Nacional de Educação, aprovado no último ano com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal, apresenta diretrizes que, neste sentido, também devem ser enxergadas como inter-relacionadas e interdependentes nesta trajetória. Estão entre elas:

- ✓ superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- ✓ melhoria da qualidade da educação;
- ✓ formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- ✓ promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- ✓ promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- ✓ valorização dos profissionais da educação;
- ✓ promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Para que consigamos que estas diretrizes se concretizem, é preciso esforço conjunto, é preciso olharmos na mesma direção, e este Seminário e seu tema certamente se harmonizam com nosso Plano Nacional e suas diretrizes ao trazer à discussão, de forma indissociável, as ideias de desenvolvimento, integridade, moral e inovação.

Estamos cientes de que os desafios são imensos, especialmente em um país como o Brasil que por muito tempo teve uma educação dualista.

Mas é preciso enfrentar o que precisa ser enfrentado; é preciso estarmos completamente imbuídos do nosso destino, que é educação de qualidade para todas e todos. E esta qualidade é profunda, complexa, holística, é humana e é científica, para que construamos sujeitos colaborativos, motivados, conscientes, criativos e empreendedores.

Muito obrigado pela presença e tenhamos todos um excelente Seminário.

11. Base Nacional Comum Curricular - BNCC

Senhoras e Senhores,

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) parece um tema novo na área de educação, mas, na verdade, já está prevista na Constituição Federal. O art. 210 da Carta Magna determina que “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”.

Também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20/12/1996) explicita, em seu art. 26, que “os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.”

De lá para cá, tivemos os Parâmetros Curriculares Nacionais, os Parâmetros em Ação, as Diretrizes Curriculares Nacionais e definições genéricas de conteúdos curriculares em leis ordinárias.

Ora, qual é a novidade então? Do que se trata toda esta discussão em que a comunidade educacional se encontra enfrontada atualmente?

A Lei nº 13.005, de 2014, que aprova o Plano nacional de Educação, definindo metas para o decênio 2014-2024, resgatou essa discussão. O PNE trouxe comandos claros nas estratégias das metas 2 e 3, bem como a definição de prazo específico - o segundo ano de vigência do Plano - para que fossem definidos os direitos e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Adicionalmente, o tema está tratado na meta 7, que concentra ações relativas à qualidade da educação.

A Base Nacional Comum Curricular deverá deixar explícitos quais conhecimentos são essenciais a todo e qualquer estudante brasileiro. E indicar a quais conhecimentos todos têm o direito de ter acesso e apropriar-se durante sua trajetória na educação básica, ano a ano, desde o ingresso na creche até o fim do ensino médio.

Trata-se, portanto, de medida essencial para ajudar a promover maior equidade dentro do sistema educacional. O direito à educação se compõe de

diversas dimensões, o acesso, a permanência, as condições da oferta dentro de um padrão mínimo de qualidade e os aspectos pedagógicos que devem garantir aprendizagem.

A BNCC não é “O” currículo - ela é parte dos currículos que devem ser elaborados por Estados e Municípios, que abrangerá ainda a parte diversificada.

Também se relaciona e orienta a formulação do projeto político-pedagógico das escolas. Tudo isso deve respeitar a diversidade, as particularidades e os contextos onde se dá o processo ensino-aprendizagem.

O Ministério da Educação vem conduzindo o processo de construção da Base Nacional de forma louvável. A versão preliminar da BNCC está sob consulta pública desde o dia 16 de setembro de 2015. O prazo se encerrará em 15 de dezembro próximo. O texto divulgado é fruto do trabalho de um comitê de assessores e de um grupo de 116 especialistas divididos por área, componente curricular e etapa (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio).

O objetivo da consulta pública, determinada pelo PNE, é promover uma ampla disseminação do conteúdo e dos princípios propostos, a fim de que os atores da área possam manifestar-se: professores e estudantes, escolas e secretarias de educação, associações profissionais e sociedades científicas, pesquisadores e famílias.

O Secretário de Educação Básica, o Sr. Manuel Palácios, esteve conosco na Comissão de Educação, no dia 2 de dezembro, data que o Ministério da Educação escolheu como o “Dia Nacional da Base”, com vistas a incentivar a mobilização das escolas de todo o País para a discussão do documento preliminar.

O Secretário Palácios nos informou que no dia 15 de dezembro terá início a análise das quatro milhões de contribuições deste primeiro ciclo de debates. Uma segunda versão será divulgada entre março e abril de 2016 para apreciação dos sistemas de educação de Estados e Municípios. Nos termos do PNE, o MEC tem até 24 de junho de 2016 para encaminhar a proposta final ao Conselho Nacional de Educação.

O Secretário de Educação Básica também nos garantiu que a proposta final virá com uma agenda de implementação e prazos de revisão, para garantir a atualidade permanente do texto.

A Base Nacional deverá ser fruto, obviamente, de um grande acordo entre os entes federativos, de um amplo entendimento nacional, no que tange não apenas aos conteúdos que devem ser contemplados, mas também da sua implantação. Há comando legal no PNE sobre a necessidade de pactuação entre os entes federados para a implantação da Base, expressa nas estratégias 2.2 e 3.3.

Enfim, muito trabalho ainda deverá ser realizado para que a BNCC promova impactos sobre a formação de professores e as ações de avaliação dos sistemas de ensino. Outros grandes desafios que enfrentamos.

É por esse conjunto de razões que, embora a Base Nacional não dependa de trâmite pelo Poder Legislativo para entrar em vigor, todos nós da Comissão de Educação estamos muito atentos ao desenvolvimento deste comando do PNE. E continuaremos a acompanhar o tema ao longo de 2016.

Obrigado.

12. Seminário na Faculdade de Saúde da UnB (2016)

O contexto da Educação no Brasil – grandes linhas e desafios

Conta-se a história de um homem que procurava seus óculos tateando o chão do asfalto sob a luz de um poste durante a noite. Um passante, vendo o afã do homem em encontrar os óculos, também ajoelhou-se sob a luz do poste e passou a tatear também o chão em busca do objeto perdido. Depois de longa procura, perguntou ao dono dos óculos perdidos: “O Senhor tem certeza de que perdeu estes óculos aqui?”. “Não, não. Não foi aqui. Foi lá daquele outro lado”. “E porque diabos o Senhor o está procurando aqui?”. “É que lá está escuro”...

Sempre há soluções simples para problemas complexos, em geral equivocadas. A educação é um desses terrenos complexos. Não são muitos os consensos entre os pensadores e críticos da educação brasileira, mormente no

que se refere a políticas públicas do setor educacional. Mas num ponto comum todas as vozes parecem convergir: é preciso garantir uma educação básica de qualidade, universal e gratuita, em todo o território nacional. Isso, obviamente, não se resume a uma simples garantia de acesso, em termos meramente formais, para melhorar as estatísticas governamentais.

A gênese dos problemas enfrentados hoje pela educação básica remonta há mais de dois séculos, quando da chegada de D. João VI e sua corte, em 1808, em território brasileiro. De fato, a primeira medida do Monarca foi determinar a criação de duas faculdades de Direito, uma em Salvador e outra em São Paulo. Ou seja, ao invés de estruturar e implantar um ensino básico de qualidade, em bases nacionais, o que se fez foi o ensino superior – não a Universidade, que no Brasil foi criada tardiamente – para atender a demanda da elite burocrática e de seus filhos, ao invés de ensinar o povo a ler.

A Lei nº 9.394, de 1996, ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a nossa LDB, reformulou a divisão clássica dos níveis de ensino no Brasil, que passaram a ser constituídos de apenas dois: a educação básica e a educação superior. A primeira é tripartida em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A segunda, em graduação, pós-graduação, cursos sequenciais e de extensão.

Não há dúvidas de que uma formação sólida, humanística e integral na educação básica irá definir todo o futuro do indivíduo, incluindo sua *performance* na faculdade, e garantir o pleno exercício da sua cidadania.

No entanto, esse nível de ensino tem padecido de toda a sorte de problemas, como:

- ✓ formação deficiente dos profissionais atuantes na educação básica;
- ✓ escolas com estruturas precárias – algumas em condições de total abandono;
- ✓ escolha de diretores por interesses paroquiais e conseqüente má gestão dos recursos de financiamento;
- ✓ gestão não democrática da escola;
- ✓ serviços de transporte escolar mitigados ou inexistentes;
- ✓ currículos inchados e propedêuticos para a formação superior e divorciados da realidade dos alunos e da qualificação para o trabalho;

- ✓ falta de investimentos em tecnologias da informação viabilizadoras e facilitadoras do aprendizado;
- ✓ políticas escassas para o aprimoramento das escolas normais;
- ✓ falta de políticas remuneratórias condignas, entre outras.

Será mesmo que é importante ensinar aos alunos do ensino médio que as fases da mitose são Prófase, Prometáfase, Metáfase, Anáfase, Telófase e Citocinese? Eu sinceramente acho que sim. No meu caso, não fossem as saudosas aulas da minha professora de biologia talvez eu não tivesse abraçado a vocação de médico. Mas eu tenho minhas dúvidas se a simples memorização mecânica dos termos e a sua posterior apresentação nas provas de avaliação contribuam para a formação da pessoa ou mesmo para o seu desempenho profissional.

O PISA, por exemplo, que é o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. Esse exame foi concebido para avaliar se os alunos de 15 anos conseguem mobilizar as suas competências de Leitura, Matemática ou Ciências na resolução de situações relacionadas com o dia-a-dia, e não se são capazes de reproduzir os conhecimentos adquiridos nessas áreas. É capacidade de manejo da informação e de raciocínio que conta.

Quinze anos é a idade presumida para o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países que compõem a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE –, responsável pela avaliação. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, autarquia do Ministério da Educação, é o responsável pela coordenação do exame no Brasil. A avaliação, realizada pela primeira vez em 2000 e repetida a cada três anos.

Aqui no Brasil, o exame ocorre no mês de maio com os estudantes selecionados de todos os estados. Em 2015, o PISA abrangeu 33 mil estudantes nascidos no ano de 1999, matriculados a partir do 7º ano do Ensino Fundamental, distribuídos em 965 escolas.

O exame foi realizado totalmente via computador, com foco em ciências. Pela primeira vez, também foram avaliadas Competência Financeira e Resolução Colaborativa de Problemas.

A avaliação visa a produzir indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação nos países participantes, de modo a subsidiar políticas de melhoria do ensino básico. O foco é auferir a capacidade para o exercício da cidadania na sociedade da informação.

A cada edição do exame, que como dissemos ocorre de três em três anos, é eleita uma das três áreas (Leitura, Matemática e Ciências) como foco, de modo que cada área seja contemplada a cada ciclo de nove anos. Assim, tivemos a Leitura como foco em 2000, Matemática em 2003 e Ciências em 2006. Num novo ciclo, em 2009 foi a vez de Leitura. Matemática foi o foco em 2012. Conforme comentamos, em 2015 o foco foi Ciências, mas os resultados só serão divulgados no final deste ano.

Na edição de 2012 do PISA, o desempenho dos estudantes brasileiros em Leitura piorou em relação a 2009. Ficamos com 410 pontos em Leitura, dois a menos que a pontuação de 2009 e 86 pontos abaixo da média dos países da OCDE, o que nos rendeu a 55ª posição do ranking de Leitura, abaixo de países como o Chile e o Uruguai. O 1º lugar foi a China, com nota 570 em Leitura.

A avaliação divide o desempenho dos estudantes em 6 níveis, nos quais os níveis mais altos representam um melhor desempenho. Em 2012, 49,2% dos estudantes brasileiros avaliados ficaram no nível 1 em Leitura. Na prática, isso significa que os estudantes brasileiros não conseguem compreender o contexto de um texto, relacionar diferentes partes do texto e perceber nuances de linguagem.

Em Ciências, 55,3% dos alunos brasileiros estacionaram no mesmo nível 1, ou seja, não conseguem trazer os conhecimentos para assuntos do seu cotidiano, e nem dar explicações científicas que são explícitas em relação às evidências. Ficamos em 59º lugar, com 405 pontos, atrás da Argentina, com 406.

Apenas em Matemática melhoramos um pouco, saindo de 386 pontos, em 2009, para 391 pontos. A média da OCDE é de 494 pontos. Outros países melhoraram mais, uma vez que caímos para a 58ª posição em matemática,

atrás da Costa Rica e da Albânia. O 1º lugar de novo é da China, com 613 pontos. O PISA de 2012 mostrou que 2 em cada 3 estudantes brasileiros de 15 anos não conseguem interpretar situações que exigem apenas deduções diretas da informação dada, não são capazes de entender percentuais, frações ou gráficos.

O Instituto Paulo Montenegro divulgou uma pesquisa no mês passado chamando a atenção para a dificuldade que os brasileiros têm para entender o que leem. São os chamados analfabetos funcionais. São pessoas com vários anos de escolarização, alguns com nível superior, mas que não conseguem extrair o sentido de um texto. O reflexo disso, sem dúvida, aparece no mercado de trabalho. Segundo a pesquisa, os analfabetos funcionais no Brasil representavam 39% da população em 2001. Hoje, são 27%, número ainda capaz de causar calafrios, num país com a população como a nossa, com mais de 200 milhões de habitantes. Segundo a pesquisa, apenas 8% dos brasileiros conseguem penetrar no sentido de um texto escrito.

Se olharmos a divisão por área de atuação, divisão por trabalho, há três setores que tem uma média bem melhor, até maior que o dobro da média nacional. São eles: comunicação, artes e cultura com 26%, administração pública, com 18% dos trabalhadores nesse melhor nível de alfabetização e educação com 16%. Esses são os melhores resultados nacionais. Estão curiosos para saber como ficam os profissionais da Saúde? Apenas 11%. Se animem, Construção civil ou Indústria tem só 3% no melhor nível de alfabetização. Comércio tem 10%.

Quanto à educação superior, o número de Instituições de Ensino Superior esteve em constante ascensão nos últimos 13 anos, com um crescimento 102,6%, sendo 108,2% nas instituições privadas e 71% nas públicas.

A evolução das matrículas de nível superior a distância, na modalidade EAD, registrou, de 2009 a 2013, um crescimento de 37,5% - sendo um aumento de 50% na rede privada e uma queda de 10,5% na pública.

O desafio é aumentar tanto assim essa oferta sem sacrificar a qualidade, garantindo-se que o aprendizado realmente está ocorrendo e que os níveis de permanência sejam também aceitáveis. Em 2013, a taxa de evasão no ensino superior dos cursos presenciais da rede privada no Brasil atingiu o

índice de 27,4% e 17,8% na rede pública. Nos cursos EAD, no mesmo ano, o índice chegou a 29,2% na rede privada e 25,6% na pública.

Quanto à procedência, a quantidade de alunos matriculados no ensino superior privado continua sendo predominantemente de alunos vindos do ensino médio público. Em 2013, 69,7% dos alunos ingressantes no ensino superior privado eram egressos do ensino médio público e apenas 30,3% do ensino médio privado. Só o curso de enfermagem, por exemplo, apresenta 74,8% de alunos de escolas públicas cursando ensino superior na rede privada. Ou seja, há uma clara inversão, com o ensino superior público destinado aos que vêm do ensino médio privado e o ensino privado superior para atender aos que vêm da rede pública, notoriamente com uma qualidade menor de educação.

Todos estamos empenhados em mudar? Será que o Brasil está pronto para um engajamento coletivo em prol de uma mudança positiva na nossa educação?

O mundo contemporâneo não pode mais ser qualificado adequadamente como em constante mutação, pois é a própria velocidade da mudança que cresce exponencialmente. Podemos olhar para trás e lembrarmos da época em que os filhos estudavam nos livros dos pais que, muito provavelmente, estudaram nos livros dos avós. Mas, na sociedade de hoje, que Henry Jenkins, professor estadunidense do MIT, denominou de cultura da convergência - na qual os aprendizes não são passivos usuários do conhecimento, mas ativos produtores de informação - um livro pode se tornar desatualizado antes mesmo que as prensas concluam o seu acabamento físico.

O grande desafio dos educadores de hoje é ensinar os alunos a aprender, a gerir a gama de conhecimentos que é produzida contínua e diariamente, e serem eficientes num contexto em que o aprendizado acontece por meio de ações continuadas, que não se limitam mais às oportunidades compartilhadas pelo professor dentro da sala de aula tradicional.

Estima-se que hoje uma criança que chega à primeira série do ensino fundamental já tenha assistido a 5 mil horas de televisão, nas quais foi exposta a todo tipo de conteúdo e estímulo, com efeitos e trilhas sonoras constantemente cativando sua atenção. Dificilmente essa criança se sentirá

atraída por um professor que em tom monocórdio inicia a lição de costas para a turma escrevendo com um pedaço de giz branco numa lousa negra.

Diante do fato inafastável de que nossos alunos não são mais os mesmos, não podemos continuar dando aulas da maneira como fazíamos no século passado, pois é notório que não está dando certo. Corremos o risco de sermos como a mosca que insiste em negar a existência da vidraça à sua frente. Será que teremos a humildade de reconhecer que ao invés de vinte anos de aula estamos dando a mesma aula por vinte anos?

Em termos de desafios a serem enfrentados, a Dra. Luciana Maria Allan, especialista da USP em tecnologias aplicadas à educação, nos alerta que “preparar os estudantes desta nova geração para o mercado de trabalho irá exigir – e já está exigindo – uma nova postura dos educadores orientada para a Sociedade do Conhecimento, que, entre outros princípios: (1) busca desenvolver alunos engajados, motivados e prontos para enfrentar os desafios de hoje e do futuro; (2) enxerga o aprendizado como uma ação continuada, que não se restringe às oportunidades apresentadas pelo professor; (3) acredita que o aprendizado é para todos e ninguém deve ser excluído; (4) reconhece que as pessoas aprendem de forma diferente; e (5) provê uma infraestrutura necessária para o aprendizado, que ainda é físico, mas cada vez mais virtual”.

Evoluímos tanto nas tecnologias da informação, mas quanto desse progresso trouxemos para a sala de aula? Peter Drucker denunciava que “o primeiro professor da história se sentiria perfeitamente em casa na maioria das salas de aula do mundo de hoje. Além do quadro-negro e do livro impresso houve pouca mudança nos meios de ensino e nenhuma nos métodos. A única tecnologia introduzida nestes oito mil anos foi o livro impresso, que poucos professores sabem usar – se o soubessem, não continuariam expondo o que já está nos livros”. A crítica de Drucker continua válida, com a ressalva de que algumas salas de aula introduziram computadores, que ainda permanecem com a tomada desligada durante as aulas.

Marc Prensky, da Harvard, denominou os indivíduos nascidos após o ano de 1983 de nativos digitais. Aqueles que, como eu, nasceram antes de 1983 são os chamados “emigrantes digitais”. Somos, com muita honra, a Geração X, que aprende preferencialmente com texto e secundariamente com som e imagem. Isso se inverte para as gerações Y e Z, cuja comunicação

primária se dá por som e imagem e, por último, o texto. Esse ruído na comunicação entre essas gerações dentro de uma sala de aula pode ser fonte de muita ansiedade, desentendimento, e, muitas vezes, até agressão física, de ambos os lados.

É claro que muitos integrantes da geração X migraram para a era digital. Todavia, muitas instituições de ensino, talvez a maioria, continuam unicamente com processos analógicos dentro dos ambientes de ensino e aprendizagem, embora muitas vezes disponham no prédio escolar da presença de computadores e de acesso à rede.

É agudo, mas necessário, o alerta de Maquiavel para quem não há nada mais difícil de se empreender, mais perigoso de se conduzir, do que assumir a liderança na introdução de uma nova ordem de coisas, porque a inovação terá como inimigos todos aqueles que têm se dado bem sob as antigas condições, e defensores indiferentes naqueles que podem se sair bem sob as novas. Parece até que Maquiavel estava falando do atual estágio de transição pelo qual estamos passando. Ainda há muito espaço para avançarmos. Do que adianta uma escola ou universidade ter uma rede “Wi-fi” de banda larga se proíbe ao aluno ingressar na sala de aula com um Tablet?

Também não podemos cair no raciocínio simplista de achar que a simples introdução de computadores e banda larga nas escolas e faculdades irá elevar a qualidade da educação. É preciso um (1) projeto pedagógico em consonância com as tecnologias digitais, é preciso (2) professores abertos e capacitados para usarem os recursos disponíveis, é preciso, enfim, o (3) engajamento de toda a comunidade educativa. As universidades estão prontas para promover a mudança necessária nos cursos de formação dos professores?

Ainda estamos no jardim da infância na implantação de plataformas adaptativas, que manuseiam dados do usuário – como acertos e erros, tempo em que permanece em cada tipo de mídia (texto, vídeos, áudio, games etc), efetividade da aprendizagem em assuntos diferentes – o próprio conteúdo vai se moldando ao que o aluno necessita aprender, além de detectar deficiências e lacunas na sua formação e possíveis trajetórias para a sua resolução.

Somos otimistas de que o Brasil encontrará o caminho. Fizemos muito e muito há que ser feito ainda.

Em 1993, o Ministério da Educação e a UNESCO formalizaram o primeiro plano de trabalho visando à elaboração de um Plano Decenal de Educação para Todos. O plano decenal brasileiro foi aprovado em novembro de 1993, em Nova Deli, na Índia, durante a realização de uma nova conferência de cúpula de Educação para Todos.

O parlamento brasileiro contemplou esse plano decenal ao aprovar, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e, em 2001, o nosso primeiro Plano Nacional de Educação, dando condições a uma reforma sistemática da educação brasileira.

Nessa esteira de ações, na linha do que se chamou de “efeito Dacar”, em 2007 o Ministério da Educação cria o chamado Plano de Desenvolvimento da Educação, que institui o Plano de Metas Todos pela Educação, com suas 28 diretrizes para a educação básica no Brasil, e, ao mesmo tempo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o IDEB, que proporciona uma avaliação abrangente do desempenho dos alunos da educação básica, se constituindo num forte parâmetro para as políticas educacionais.

No mesmo sentido, e mais uma vez reafirmando o seu compromisso histórico com a educação, o parlamento brasileiro aprovou, no ano passado, o novo Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024, que se constitui numa política verdadeiramente de Estado, acima de eventuais vicissitudes políticas de qualquer governo.

O PNE, com as suas 20 metas, procura enfrentar as barreiras para o acesso e a permanência; as desigualdades educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população; a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e o exercício da cidadania.

A meta 7, por exemplo, é fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem. E a meta 8 é elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo.

A meta 12 é elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a

qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

A meta 13 é elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

A previsão constitucional de vinculação de um percentual do PIB para execução dos planos de educação representa um enorme avanço, mas o desafio de vincular os recursos a um padrão nacional de qualidade é a chave para conseguirmos a educação que o Brasil necessita para avançar em seu desenvolvimento e na diminuição das desigualdades sociais.

Enfim, temos que reconhecer os avanços, ter a coragem de aceitar a crítica franca do que não fomos capazes ainda de superar, e sermos otimistas para ver a estrada que está à nossa frente, que precisa ser trilhada com coragem e determinação. Outros países conseguiram. Não é impossível que nós também o possamos.

ANEXO I – UnB

Indicadores referentes ao analfabetismo, apurados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Dado positivo

Tem havido uma evolução. Nos últimos 14 anos, a taxa de analfabetismo caiu 4,3 pontos percentuais (o que equivale a uma redução de 2,5 milhões de analfabetos).

O último dado disponível da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2014 aponta pequena evolução, tendo a taxa de alfabetização atingido o patamar de 91,7 % - a PNAD 2013 indicava 91,5 %.

Assim, se em 2013 a taxa de analfabetismo era de 8,5%, em 2014 caiu para 8,3%, o que representa que 13,2 milhões de pessoas são analfabetas.

Dado preocupante ou que merece atenção

Consolidou-se a tendência de queda do analfabetismo. Contudo, o ritmo da evolução não foi o proposto pelo Plano Nacional de educação (PNE), considerado o prazo intermediário (junho de 2015) da Meta 9.

A Meta 9 do PNE estabelecia como prazo intermediário , em junho de 2015 (ano passado) a “Elevação da taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5%”. Isto é, a taxa esperada de analfabetismo (não alcançada) seria de 6,5%.

Observe-se que nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a meta intermediária de 93,5% para 2015 foi alcançada já em 2013. Na região Norte, a distância para a meta, em 2014, segundo dados da PNAD, era de apenas 2,5 pontos percentuais. No Nordeste, contudo, a diferença em relação ao patamar desejado, em 2013, superou a 10 pontos percentuais.

Considerações:

- 1 - o analfabetismo está concentrado na região Nordeste e na população de mais idade

a – a taxa para as pessoas com mais de 60 anos é de 23,1%. Para o grupo entre 40 e 59 anos, a taxa é de 9,4%.

b – disparidades regionais (analfabetismo):

Nordeste	16,6%
Norte	9,5%
Centro-Oeste	6,5%
Sudeste	4,8%
Sul	4,6%

Analfabetismo Funcional

Há diferentes abordagens. Pode-se entender como analfabetismo funcional a incapacidade que uma pessoa demonstra ao não compreender textos simples ou realizar uma operação aritmética básica.

Para a PNAD, analfabetismo funcional é definido como a proporção de pessoas com 15 anos ou mais, com menos de 4 anos de estudo em relação ao total de pessoas com a mesma faixa etária.

Para as pessoas de 15 anos ou mais, a taxa de analfabetismo funcional passou de 18,1% em 2013 para 17,6% em 2014.

Regiões (taxa de analfabetismo funcional - 2014):

Nordeste	27,1%
Norte	20,4%
Centro-Oeste	6,5%
Sudeste	16,1%
Sul	13,8%

A Meta 9 do PNE prevê propõe reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional, até 2024.

O documento linha de base do PNE, elaborado pelo Inep apurou os dados de corte urbano/rural para 2013 e indica:

- os residentes em áreas rurais apresentavam os menores percentuais de pessoas alfabetizadas (79,2%), mas registraram o maior aumento absoluto na taxa de alfabetização no período analisado (5,0 p.p.);
- os residentes em áreas urbanas também apresentaram um crescimento na taxa de alfabetização, alcançando 93,6% em 2013, já superando a meta nacional intermediária de 93,5% proposta pelo PNE para 2015.

É necessário que haja ações mais concentradas para elevação da taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais de idade residentes nas localidades rurais.

A Meta 9 do PNE propõe elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional, apresentando as seguintes estratégias:

9.1) assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

9.2) realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;

9.3) implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

9.4) criar benefício adicional no programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização;

9.5) realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil, dentre outras.

ANEXO II – UnB

Tabelas apresentadas

3. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: DOTAÇÕES INICIAIS (APÓS SANÇÃO) POR PROGRAMA (Valores em R\$ milhão)

Cod	PROGRAMA	LOA 2015 (A)	PLOA 2016 (B)	LOA 2016 (C)	Variação (C-B)		Variação (C-A)	
2080	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	57.871,5	44.825,8	46.272,2	1.446,4	3,2%	-11.599,3	-20,0%
2109	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	34.627,5	39.342,2	38.514,7	-827,5	-2,1%	3.887,2	11,2%
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	10.562,1	11.670,4	11.670,4	0,0	0,0%	1.108,3	10,5%
0999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,0	0,0	2.614,9	2.614,9	-	2.614,9	-
	DEMAIS PROGRAMAS	302,2	716,7	716,7	0,0	0,0%	414,5	137,1%
	TOTAL	103.363,3	96.555,0	99.788,9	3.233,9	3,3%	-3.574,4	-3,5%

Fonte: CONOF/CD

9. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: DOTAÇÕES INICIAIS (APÓS SANÇÃO)
POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA (Valores em R\$ milhão)

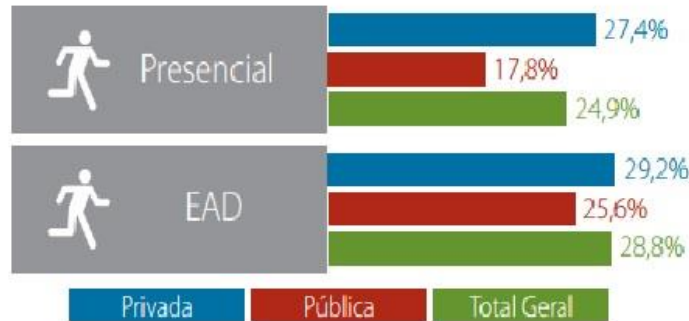
Cod	GND	LOA	PLOA	LOA	Variação		Variação	
		2015 (A)	2016 (B)	2016 (C)	(C-B)		(C-A)	
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.778,1	47.608,3	46.789,2	-819,2	-1,7%	5.011,0	12,0%
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47.328,9	43.774,8	43.937,2	162,4	0,4%	-3.391,7	-7,2%
4	INVESTIMENTOS	14.223,2	4.982,8	6.258,6	1.275,8	25,6%	-7.964,5	-56,0%

11. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: DOTAÇÕES INICIAIS (APÓS SANÇÃO)
POR GRUPO DE UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS (Valores em R\$ milhão)

Cod	UO	UO (nº)	LOA	PLOA	LOA	Variação		Variação	
			2015 (A)	2016 (B)	2016 (C)	(C-B)		(C-A)	
	INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - IFES	63	38.836,8	40.713,3	40.542,5	-170,8	-0,4%	1.705,8	4,4%
26298	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	1	36.467,2	26.132,2	29.420,6	3.288,5	12,6%	-7.046,6	-19,3%
	INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONALE TECNOLÓGICA - IFET	40	10.651,0	11.163,0	11.197,5	34,5	0,3%	546,4	5,1%
	HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS	36	5.169,9	5.462,1	5.563,3	101,2	1,9%	393,5	7,6%
26291	FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES	1	6.268,8	5.300,1	5.291,3	-8,8	-0,2%	-977,5	-15,6%
26443	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSEH	1	1.921,2	2.990,2	2.990,2	0,0	0,0%	1.069,0	55,6%
	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA (1)	3	2.222,9	2.773,0	2.770,5	-2,4	-0,1%	547,7	24,6%
	DEMAIS UNIDADES (2)	3	1.825,5	2.021,2	2.012,9	-8,3	-0,4%	187,3	10,3%
	TOTAL	148	103.363,3	96.555,0	99.788,9	3.233,9	3,3%	-3.574,4	-3,5%

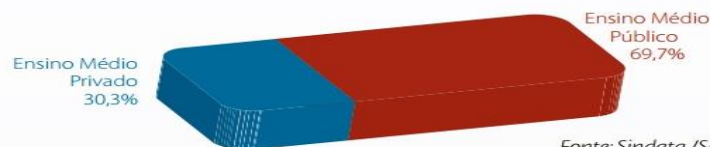
Fonte: CONORF/CD.

Evasão no Ensino Superior em 2013 - Brasil



Fonte: Sindata /Semesp | Base: Censo INEP

Procedência do aluno - Ensino Superior Privado - 2013 Brasil



Fonte: Sindata /Semesp | Base: Censo INEP

Alunos do Ensino Superior privado procedentes de Ensino Médio público - Brasil - 2013



Fonte: Sindata /Semesp | Base: Censo INEP

Educação Básica
Estabelecimentos – 2013

	Todas as redes	Rede Pública	Rede privada
Educação Básica	190.706	151.884	38.822
Educação Infantil	116.400	85.866	30.534
Ensino Fundamental	141.260	118.914	22.346
Ensino Médio	27.450	19.400	8.050
Educação Profissional	4.579	1.849	2.730
Educação de Jovens e Adultos	37.060	36.090	970
Classes especiais e Escolas especializadas	4.071	2.264	1.807

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar.

Notas: ① e ②.

Educação Básica
Docentes – 2013

	Todas as redes
Educação Básica	2.148.023
Educação Infantil	474.591
Ensino Fundamental	1.409.991
Ensino Médio	509.403
Educação Profissional	73.904
Educação de Jovens e Adultos	254.479
Classes especiais e Escolas especializadas	29.827

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar.

Nota: ③.

DADOS GERAIS

Os números da Educação Básica mostram as dimensões dos ensinos público e privado no Brasil e, assim, também ajudam a avaliar o tamanho do desafio no horizonte dos gestores e educadores

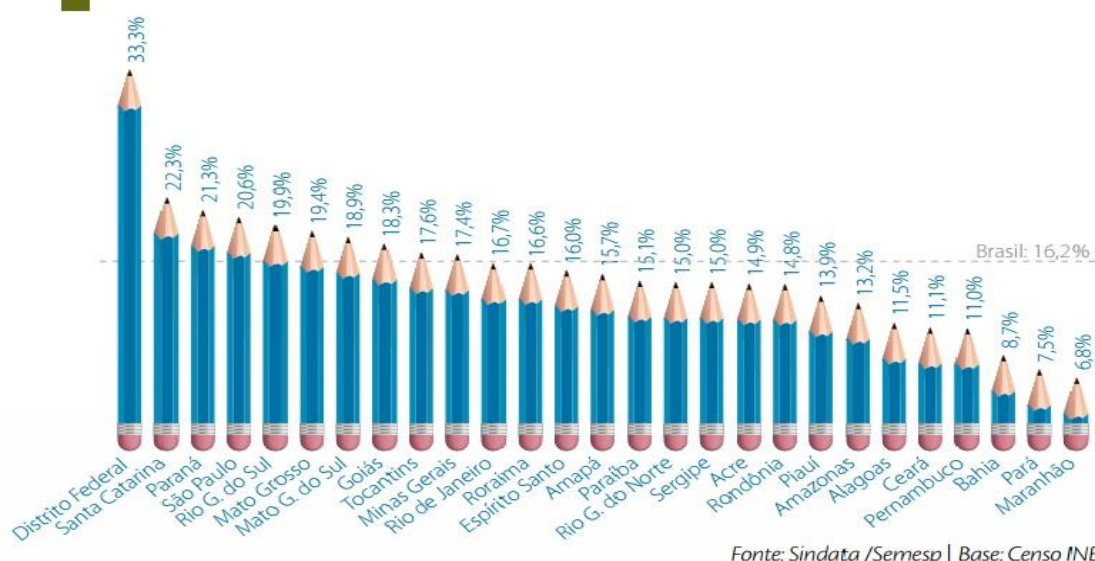
Educação Básica
Matrículas – 2013

	Todas as redes	Rede Pública	Rede privada
Educação Básica	50.042.448	41.432.416	8.610.032
Educação Infantil	7.590.600	5.374.108	2.216.492
Ensino Fundamental	29.069.281	24.694.440	4.374.841
Ensino Médio	8.312.815	7.247.776	1.065.039
Educação Profissional	1.102.661	437.553	665.108
Educação de Jovens e Adultos	3.772.670	3.623.912	148.758
Classes especiais e Escolas especializadas	194.421	54.627	139.794

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar.

Nota: ③.

Taxa de escolarização líquida - 2013



Percentual do número de estudantes de 18 a 24 anos no total da população da mesma faixa etária, matriculados nos cursos presenciais e de ensino a distância (EAD).

13. Conselho Nacional de Educação-CNE (2016)

Sras e Srs. Conselheiros,

Meus colegas de mesa, representantes das instâncias que têm, como nós, o dever legal de monitorar o PNE,

Em primeiro lugar, quero saudar os vinte anos de profícuo trabalho deste colegiado - o Conselho Nacional de Educação - em prol da educação brasileira.

A Lei do PNE nos coloca, a nós da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, numa situação de trabalho muito prazerosa, já que dividiremos com este colendo conselho, e com outras instâncias – a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, o Fórum Nacional de Educação e o MEC -, a tarefa de monitorar a execução das metas do PNE.

Neste início de 2016, cerca de um ano e meio após a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), cumpre às instâncias indicadas no art.5º da Lei nº 13.005/14 efetuar um balanço do monitoramento que realizaram.

Neste sentido, cabe, em primeiro lugar, sublinhar nosso entendimento do que seja um monitoramento.

Trata-se de ter um olhar de formulador de políticas públicas e fiscalizador de sua execução.

Não esperem da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados uma avaliação rasteira, com “espírito de bedel” – para reclamar se o município “A” ou “B” estourou o prazo em um dia, um ou dois meses para aprovar seu plano ou encaminhar uma estratégia.

O que é preciso é verificar o que levou, eventualmente, a um ritmo mais lento na adoção de estratégias e execução de metas.

A vantagem do plano aprovado por lei é a indicação de instâncias de monitoramento. Ademais o Ministério Público, como fiscal da lei, poderá promover os termos de ajuste de conduta que entender necessários.

Se vinte e dois entes da esfera estadual já têm seus planos aprovados em lei, se até o final de fevereiro havia 5.481 municípios com Lei sancionada – o que vale dizer, e de certa forma celebrar, é que estes planos passaram por um processo de discussão interna dos governos democraticamente eleitos, por um diálogo com as respectivas sociedades locais e pela aprovação do poder legislativo. E estão em movimento, para serem corrigidos, aperfeiçoados.

Houve uma institucionalização da política educacional e os planos educacionais de cada ente serão o guia de seu cumprimento, que certamente vai se deparar com desafios e encontrará contratempos.

Quando o PNE completou um ano mencionei que o PNE estava em movimento. Agrada-me esta imagem, que ressalta o aspecto processual da execução do PNE. E acredito que também ao MEC, que adotou este mote “PNE em movimento” como título de seu boletim acerca do plano.

Em sua ação de monitoramento, em 2015, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados criou a “Subcomissão Especial para acompanhamento das metas estipuladas no Plano Nacional de Educação (PNE)”, presidida pelo nobre Deputado Leo de Brito, sendo relator de suas atividades o Deputado Moses Rodrigues.

Atuamos em conjunto com a frente parlamentar mista de Educação, coordenada pelo Deputado Alex Canziani, e com Frente Parlamentar em Defesa da implementação do Plano Nacional de Educação, coordenada pelo Deputado Pedro Uczai.

As consultorias técnicas da Casa – legislativa e de orçamento -produziram publicações e notas referentes a temas tratados no PNE e no PPA.

Os temas de que trata o PNE foram amplamente discutidos ao longo do ano, tanto durante as reuniões deliberativas, quanto em diversas audiências, palestras e seminários. Estes debates podem ser acessados na página da Comissão de Educação.

No processo de discussão do Plano Plurianual, abrigamos debate que resultou na explicitação no texto da lei, de que as metas inscritas no Plano Nacional de Educação estão entre as prioridades da administração pública federal para o período 2016-2019.

Pode-se destacar, como verificação do cumprimento das metas ou estratégias cujos prazos intermediários foram fixados para junho de 2015, ano passado, uma variedade de ritmos e situações. Há metas e estratégias:

1) TOTALMENTE CUMPRIDAS:

- instituição da Instância Permanente de Negociação Federativa no Ministério da Educação;
- aprovação do PPA 2016-2019, formulado de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PNE, foi editada a Lei nº 13.249/16;
- instituição de Fórum permanente, com representação de União, Estados, Municípios, DF e trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;

2) PARCIALMENTE CUMPRIDAS:

Elaboração dos planos decenais de educação de estados e municípios. Em 29/02/16, há 22 entes da esfera estadual/distrital - 21 estados e o DF com lei sancionada (RS, SC, PR, MS, MT, GO, DF, TO, RO, RR, AC, AM, PA, AP, MA, ES, SE, PE, PB, AL, RN, PI). Os demais estão em diferentes etapas de

elaboração sendo 4 com Projeto de Lei enviado ao Legislativo (SP, MG, BA, CE) e o Rio de Janeiro, com documento base elaborado.

Há 5.481 municípios com lei sancionada (29/02/2016). Há, ainda, 01 com diagnóstico concluído, 10 com documento-base elaborado, 05 com consulta pública realizada, 13 com projeto de lei elaborado, 50 com PL enviado ao legislativo e 10 com lei aprovada.

3) NÃO CUMPRIDAS até o momento:

– estabelecimento de normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches. Não houve a definição;

– elevação da taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5%. O último dado disponível, da PNAD 2014, aponta pequena evolução, tendo a taxa atingido o patamar de 91,7 % - a PNAD 2013 indicava 91,5 %.

Há, ainda, metas cuja verificação não é possível por não ter sido consolidado seu indicador (como é o caso do Ideb 2015) e metas que aguardam consolidação do resultado de consulta pública (aquelas referentes à política nacional de formação inicial e continuada).

O cenário com o qual se defrontaram os agentes públicos e privados e os movimentos sociais foi um cenário de crise orçamentária, que impôs cortes na área educacional e trouxe o receio de que a implementação das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) fosse prejudicada.

Este ambiente permanecerá em 2016, ano em que o PNE fixa prazo para cumprimento de metas intermediárias em relação a dezenove itens¹.

Entre as metas que devem ser atingidas neste ano destacamos:

- ✓ aprovação de leis específicas disciplinando a gestão democrática da educação pública (art.9º, caput);
- ✓ estabelecimento do sistema nacional de educação em lei específica (art.13);
- ✓ universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos;

¹ Art.5º, §2º, art.9º, caput, art.13, meta1, estratégias 1.6 e 2.1, meta 3, estratégia 3.2, meta 4, estratégias 4.14, 7.21 e 12.19, meta 18, estratégias 18.1, 18.3 e 18.5, meta 19, estratégias 20.6 e 20.9.

- ✓ elaboração da proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos do ensino fundamental (2.1) e médio (3.2), de forma a configurar a base nacional comum de cada uma destas etapas;
- ✓ definição de indicadores de qualidade e de política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestem atendimento a alunos da educação especial (4.14);
- ✓ estabelecimento de parâmetros de qualidade dos serviços da educação básica (7.21);
- ✓ existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública;
- ✓ implementação do CAQi (20.6);
- ✓ regulamentação da lei complementar referente ao art. 23, parágrafo único da Constituição Federal, de forma a estabelecer normas para a cooperação entre os entes federados no campo educacional.

Evidentemente, a restrição orçamentária afetará a implementação das metas do PNE, no curto prazo.

Isto não significa, necessariamente, que as metas devam ser revistas quanto a seu conteúdo, no sentido de torná-las menos ousadas – apenas há que se reconhecer que o ritmo poderá ser mais lento.

A Comissão de Educação mirou, não no curto, mas no médio prazo, quando insistiu que o PPA tivesse entre suas prioridades, as metas do PNE. Espera-se, é verdade, anos difíceis de ajuste na primeira metade do período do PPA – 2016 e 2017. Entretanto, podemos ter a expectativa, fundada na adoção de políticas de recuperação de nossa economia, respaldada por consenso entre as diferentes forças políticas, para, a partir da recuperação, retomar o ritmo da execução do PNE nos anos de 2018 e 2019, segundo período do PPA vigente.

No que se refere à maior efetividade, tanto da Comissão de Educação da Câmara, como do CNE e das outras instâncias de acompanhamento do PNE, previstas no art. 5º da Lei do PNE, parece-nos que, como, aliás, este encontro proporciona, é importante o diálogo contínuo e a articulação destes espaços. Cada uma delas tem trazido suas contribuições: as reuniões e audiências das comissões da Câmara e do Senado, assim como suas notas

técnicas; as resoluções e debates do CNE; os posicionamentos do Fórum Nacional de Educação, a chamada Linhas de Base, produzida pelo Inep, todos são instrumentos que apoiarão a verificação do cumprimento das metas.

Cabe lembrar que, a depender do tema, estas instâncias têm um caráter híbrido – formulam ao mesmo tempo que monitoram.

Assim, nosso anfitrião, o CNE, por exemplo, tem um papel importante, não só no monitoramento, mas também na definição, por exemplo, da base nacional comum e do custo-aluno qualidade inicial, o CAQi.

Acredito que este encontro, em boa hora proposto, nos dá a oportunidade, não só de demonstrar ao CNE o reconhecimento por sua importante atuação em benefício da educação, mas também, em sua homenagem, iniciar e organizar os trabalhos de monitoramento das metas e estratégias do PNE, que devem ser concluídas ou encaminhadas neste ano de 2016.

Muito obrigado.

ANEXO 1 (CNE)

Quadro 1 - PNE – METAS DE 2015 – ENCAMINHAMENTOS PARA O CUMPRIMENTO, em 29 de fevereiro de 2016

Dispositivo	Conteúdo	Cumprimento
Art. 7º, § 5º	Criação de instância permanente de negociação federativa	A Portaria MEC nº 619, de 24 de junho de 2015 instituiu a Instância Permanente de Negociação Federativa no Ministério da Educação. TOTALMENTE CUMPRIDA

art.8º, <i>caput</i>	Elaboração dos planos de educação de Estados, Municípios e DF.	Em 29/02/16, há 22 entes da esfera estadual/distrital - 21 estados e o DF com lei sancionada (RS, SC, PR, MS, MT, GO, DF, TO, RO, RR, AC, AM, PA, AP, MA, ES, SE, PE, PB, AL, RN, PI). Os demais estão em diferentes etapas de elaboração sendo 4 com Projeto de Lei enviado ao Legislativo (SP, MG, BA, CE) e o Rio de Janeiro, com documento base elaborado. Há 5.481 municípios com Lei sancionada (29/02/2016). Há, ainda, 01 com diagnóstico concluído, 10, com documento-base elaborado, 05 com consulta pública realizada, 13 com projeto de lei elaborado, 50 com PL enviado ao legislativo e 10 com lei aprovada. PARCIALMENTE CUMPRIDA
art. 10	Elaboração/ aprovação do PPA 2016-2019, formulado de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PNE.	O projeto de PPA enviado ao Congresso Nacional, na forma de projeto de lei, PL nº 6/2015-CN, foi convertido na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que dispõe: Art. 3º São prioridades da administração pública federal para o período 2016- 2019: I - as metas inscritas no Plano Nacional de Educação; [...] Art. 4º Para o período 2016-2019, o PPA terá como diretrizes: [...] IV - O estímulo e a valorização da educação, ciência, tecnologia e inovação e competitividade; TOTALMENTE CUMPRIDA
Est .1.4	Estabelecimento de normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.	Não houve definição NÃO CUMPRIDA

Meta 7	Desempenho de alunos no IDEB.	Ainda não houve a divulgação. NÃO HÁ, AINDA, COMO VERIFICAR O CUMPRIMENTO.
Meta 9	Elevação da taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5%.	O último dado disponível, da PNAD 2014, aponta pequena evolução, tendo a taxa atingido o patamar de 91,7 % - a PNAD 2013 indicava 91,5 %. Não foi atingida a meta intermediária.
Meta 15	Política nacional de formação dos profissionais da educação, em regime de colaboração entre os entes federados, assegurado que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.	<p>A Resolução CNE/CP nº 1, de 7 de janeiro de 2015 Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências;</p> <p>A Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.</p> <p>A Portaria MEC nº 620, de 24 de junho de 2015 previu consulta pública para apresentação de sugestões ao texto que servirá de base para redação do decreto que instituirá a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.</p> <p>CUMPRIMENTO DA META ENCAMINHADO</p>
Est. 15.11	Implantação de política nacional de formação continuada para os profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados.	<p>A Portaria MEC nº 620, de 24 de junho de 2015 propõe consulta pública para apresentação de sugestões ao texto que servirá de base para redação do decreto que instituirá a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Abrange, inclusive, os segmentos não docentes. (obs, atualmente vigora o Decreto nº 6.755/09).</p> <p>CUMPRIMENTO DA META ENCAMINHADO</p>

Est .17.1	Fórum permanente, com representação de União, Estados, Municípios, DF e trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.	A Portaria MEC nº 618, de 24 de junho de 2015 Dispõe sobre o Fórum Permanente para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. TOTALMENTE CUMPRIDA
Est. 20.6	Implementação, em dois anos, do Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade – CAQ	A Portaria MEC nº 459, de 12 de maio de 2015 constitui Grupo de Trabalho para elaborar estudos sobre a implementação do Custo Aluno-Qualidade - CAQ, como parâmetro para o financiamento da educação básica. ENCAMINHAMENTO DA META, cujo prazo é em 2016. Obs – o prazo dado ao grupo de trabalho (120 dias = 12 de setembro de 2015) já venceu, mas o resultado ainda não foi divulgado.

Est.20.11	Aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional. (Prazo de um ano)	Criada Comissão Especial (PL nº 7.420/06 - Lei de Responsabilidade Educacional - LRE) em 16 de março de 2015 e constituída em 16 de junho. É presidida pela Deputada Maria Gorete Pereira, sendo relator o Deputado Bacelar, que apresentou parecer em 29/10/2015, ainda não votado. Mesmo se aprovado na Comissão especial e no plenário da Câmara, ainda cumprirá tramitação no Senado Federal. CUMPRIMENTO DA META ENCAMINHADO. NÃO CUMPRIDO O PRAZO
-----------	---	---

Elaboração: Paulo Sena

ANEXO 2 (CNE)

AUDIÊNCIAS/SEMINÁRIOS/PALESTRAS SOBRE O PNE E ALGUNS DE SEUS TEMAS REALIZADOS PELA CE EM 2015

- Audiência Pública sobre a regulamentação do PNE e a criação do Observatório PNE-Brasil (28/04/15);
- Seminário conjunto “O PNE e o Futuro da Educação Brasileira” (25/06/15);
- Audiência Pública sobre o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) (06/08/15);
- Audiência Pública conjunta sobre as projeções de financiamento do PNE (13/08/15);
- Audiência Pública sobre CAQi e o CAQ (19/11/15);
- Seminário Regional “O PNE no Acre: Avaliação e Estratégia de Implementação do PNE” (22/06/15);
- Seminário: "O PNE, a proposta de Lei de Responsabilidade Educacional e o Futuro da Educação Brasileira" (14/09/15, Bahia);

- Seminário Regional “O Plano Nacional de Educação e o Futuro da Educação Brasileira” (19/10/15 – Minas Gerais);

- Seminário "Formação das 20 metas do Plano Nacional de Educação - PNE" (27/11/15);

- Seminário Regional sobre a implementação do PNE (26/10/15 – Espírito Santo);

- Palestra sobre Base Nacional Comum na Educação (BNCE) em 27/05/15 (Ciclo de palestras “Educação em Debate”, promovido pela Comissão de Educação em parceria com a Frente Parlamentar Mista da Educação);

- Palestra "Base Nacional Comum Curricular" (02/12/15)

GLOSSÁRIO EDUCAÇÃO

MEC – Ministério da Educação	
Sigla	Secretaria/Órgão
SESU	Secretaria de Educação Superior
AGHU	Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários.
Celpe-Bras	Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros
COLIP	Comissão para Definição de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa
Conaes	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
e-Mec	Sistema de credenciamento e recredenciamento de IES
Enade	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

Fies	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGC	Mede qualidade dos cursos de graduação, mestrado e doutorado da mesma Instituição
IMA	Instituto Machado de Assis
MARCA	Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados
Pec-G	Oferece formação superior a estrangeiros de países em desenvolvimento
PET	Programa de Educação Tutorial
PIBID	Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
Proext	Programa de Apoio à Extensão Universitária
Programa Incluir	Acessibilidade na Educação Superior
Proies	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior
Promisaeas	Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
ProUni	Programa Universidade Para Todos
REHUF	Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
Reuni	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SEB	Secretaria de Educação Básica
PDE ESCOLA	Apoio técnico e financeiro para o planejamento estratégico da escola.
PNE	Plano Nacional de Educação

CNIJMA	Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente
Escola de Gestores da Educação Básica	Programa de formação de gestores escolares.
Explorando o ensino	Distribuição de material científico-pedagógico para professores do ensino médio.
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SASE	Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino
SERES	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Educação Básica:	
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
Censo Escolar	Levantamento de dados estatísticos educacionais de âmbito nacional
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
Aneb	Avaliação Nacional da Educação Básica
Anresc	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - (também denominada "Prova Brasil"):

ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
Provinha Brasil	Avaliação da Alfabetização Infantil
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Encceja	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
Prova Docente	Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente
Ensino Superior:	
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CTAA	Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
Escolas de Governo	Instituições públicas criadas com a finalidade de promover a formação, o aperfeiçoamento e a profissionalização de agentes públicos, visando ao fortalecimento e à ampliação da capacidade de execução do Estado, tendo em vista a formulação, a implantação, a execução e a avaliação das políticas públicas.
IGC	Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição
PISA	Programme for International Student Assessment
Revalida	Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Pibid	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
FNDE	
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Brasil Carinhoso	Programa que visa expandir a quantidade de matrículas de crianças entre 0 e 48 meses.
Brasil Profissionalizado	Programa que visa fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica.
Caminho da Escola	Programa que tem o objetivo de renovar a frota de veículos escolares
Formação pela Escola	Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE – visa fortalecer a atuação dos agentes e parceiros envolvidos na execução, no monitoramento, na avaliação, na prestação de contas e no

	controle social dos programas e ações educacionais financiados pelo FNDE.
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDDE	Dinheiro Direto na Escola
PNAE	Alimentação Escolar
PNATE	Transporte Escolar
PNBE	Biblioteca da Escola
PNLD	Livro Didático
ProInfância	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil
ProInfo	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
CAQi	Custo Aluno Qualidade Inicial
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
IBC	Instituto Benjamin Constant
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
Fundaj	Fundação Joaquim Nabuco